

**ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA: DEPENDÊNCIA E
SUPEREXPLORAÇÃO [CAMILLA DOS SANTOS NOGUEIRA]**

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v14i1.49042>

Ana Maria Moura Araujo¹

Título: Economia Brasileira Contemporânea: dependência e superexploração

Autora: Camilla dos Santos Nogueira

Cidade e editora: Marília: Lutas Anticapital

Ano de publicação: 2021

Páginas: 194

Especialmente entre as décadas de 1940 e 1960, o debate travado pelos cientistas sociais e intelectuais comprometidos em entender e interpretar as particularidades da América Latina, estava centrado nos questionamentos sobre o atraso econômico e subdesenvolvimento da região. Nesse período, as discussões sobre o atraso incorporavam as discussões sobre o subdesenvolvimento, e as questões políticas e econômicas – intimamente relacionadas – apresentavam-se constantemente quando se colocava em questão qual caminho percorrer para que a América Latina pudesse sair do atraso e do subdesenvolvimento, ou ainda, quais ações seriam necessárias para acumular forças e transformar a realidade em que o subcontinente latino-americano se encontrava.

Entre outras correntes teóricas que se propuseram a desmistificar o porquê da condição subdesenvolvida da região, nasce a Teoria Marxista da Dependência (TMD), que tem como seus principais expoentes Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra. Em linhas gerais, a Teoria Marxista da Dependência interpretou a condição subdesenvolvida e dependente das economias periféricas como um resultado próprio da dinâmica de funcionamento do modo de produção capitalista enquanto economia mundial. Segundo Marini (2011 [1973], p.184), “A tarefa fundamental da teoria marxista da dependência consiste em determinar a legalidade específica pela qual rege a economia dependente”. A TMD foi elaborada em meados dos anos 1960 e, apesar da sua importante contribuição para o pensamento crítico das ciências sociais latino-americanas e do seu inegável auge nesse período, a teoria caiu num verdadeiro limbo teórico – tanto pelas camadas mais hegemônicas das ciências sociais, como também pelas camadas mais críticas.

No entanto, a Teoria Marxista da Dependência vem, cada vez mais, sendo reintegrada nas produções e nos debates acadêmicos. E isso não aconteceu por acaso. Como evidencia Carcanholo (2013, p.71), desde “a segunda metade da década de 1990, e de forma mais intensa, neste século XXI”, temos visto um forte “aguçamento da condição dependente das economias periféricas, como resultado da implantação intensa e massiva da estratégia neoliberal de desenvolvimento”. Daí a necessidade de reviver e fortalecer continuamente esse pensamento social latino-americano crítico. Na fase atual do capitalismo contemporâneo, o propósito de entender o papel desempenhado pela integração subordinada dos países periféricos nas relações econômicas internacionais assume agora uma nova roupagem.

Nesse ensejo, intelectuais como Camilla Nogueira (2021) ganham destaque. Para defender a tese de que a categoria da superexploração da força de trabalho é uma categoria específica das economias dependentes latino-americanas, a autora recuperou os elementos mais centrais da TMD. Para isso, Nogueira (2021) começa expondo em seu livro, *Economia Brasileira Contemporânea: dependência e superexploração*, o quanto a remessa de lucros, dividendos e juros, como expressões do aumento da transferência de valor, reforça as relações de dependência da economia brasileira.

Para a autora,

(...) será a partir da relação existente entre as unidades dialéticas, transferência de mais-valor e superexploração da força de trabalho que a categoria da superexploração da força de trabalho desvela-se como característica específica dos países dependentes. Entretanto, o desvelamento das contradições da categoria da superexploração da força de trabalho somente pode ser entendido no nível de análise concreta das relações do mercado mundial, portanto nas trocas de bens, serviços e capitais e na forma como a reprodução da força de trabalho ocorre nos países que participam em posição desvantajosa neste mercado (NOGUEIRA, 2021, p. 108).

Cabe ressaltar que as transferências de valor ocorrem no âmbito das relações econômicas internacionais e se manifestam nos pagamentos de royalties e renda diferencial, remessas de lucros, dividendos e juros, e ainda, na deterioração dos termos de troca. Essas manifestações são determinadas por fatores históricos, por mudanças no modo de reprodução do capital e dos ciclos econômicos e políticos. Além disso, tais manifestações evidenciam como as economias periféricas se integram nas relações econômicas internacionais e estão sujeitas à dinâmica de reprodução do capital internacional. No entanto, é importante enfatizar que as decisões políticas e econômicas dos Estados dependentes, que moldam suas formas de intervenção pública e desempenham um papel decisivo na reprodução de seus padrões de acumulação, ocupam um lugar de destaque nesse cenário (NOGUEIRA, 2021).

Assim, é necessário entender as formas aparentes das transferências de mais-valor para obter elementos que fundamentem como a reprodução do capital nas economias dependentes se apropria da riqueza gerada nesses territórios. Por isso, em seu primeiro capítulo, *Transferência de valor e a desacumulação da produção capitalista no Brasil*, Nogueira expõe a construção da categoria da transferência de valor elaborada por Marx em sua obra máxima, *O capital*, para demonstrar os elementos explicativos e os níveis de abstração que o autor utilizou para construí-la. Nogueira também apresenta interpretações de

produções marxistas sobre o mais-valor, e dá uma atenção especial àquelas produzidas por intelectuais e pesquisadores da TMD, para encontrar respaldo teórico que facilite o entendimento da deterioração dos termos de troca e suas manifestações na economia brasileira.

Nogueira relaciona, ainda, a transferência de mais-valor ao imperialismo, fase histórica que facilitou a exportação de capital para países dependentes na forma de investimento estrangeiro direto e investimento em carteira. Em busca das principais características que ocorrem na transferência de mais-valor das economias dependentes para o centro, a autora traz um exame mais detalhado da saída de lucros, juros e dividendos da economia brasileira para o exterior, chegando a seguinte constatação:

Entre os elementos que surgem da economia brasileira que demonstram aumento da transferência de mais-valor, o estudo revelou que o crescimento dos investimentos estrangeiros no país acentuou o envio de lucros, dividendos e juros. Essas formas de transferência de mais-valor substituíram a deterioração dos termos de troca, como mecanismo de extração de valor, devido ao contexto da mundialização financeira e melhoras nos preços das commodities comercializadas no mercado mundial pelo Brasil. Dessa forma, há uma parcela cada vez mais expressiva da riqueza produzida na economia brasileira que é enviada ao exterior sob a forma de lucros, juros e dividendos. Portanto, transferência de mais-valor produzido no Brasil e apropriado externamente, que intensifica as relações de dependência da economia do país (NOGUEIRA, 2021, p. 174).

Entretanto, os desequilíbrios econômicos produzidos pela transferência de mais-valor não podem ser resolvidos pela aquisição de recursos/investimentos nas relações econômicas internacionais. O capital, na economia dependente, tende a recuperar o valor exportado para o exterior na produção de mercadorias através da extração de mais-valor, isto é, pela exploração da força de trabalho. Assim, no Brasil, as condições de exploração do trabalho revelam como o capital dependente reivindica o mais-valor transferido para os centros. Marini (2011 [1973]) explica isso quando mostra que, diante das relações econômicas internacionais, os países desfavorecidos pela troca desigual não buscam corrigir o desequilíbrio entre preço e valor de suas exportações, mas “compensar” as perdas ocorridas no comércio internacional.

De acordo com Marini (2011 [1973]), para manter essa transferência de valor, a economia dependente é "obrigada" a compensar essas perdas no momento da produção. Essa compensação exige que os capitalistas da periferia recorram à superexploração da força de trabalho, argumento originalmente elaborado por Marini (2011 [1973]) e elemento fulcral da sua tese sobre a dependência. Para Marini (2011 [1973]), essa superexploração significa que a perda de mais-valor que ocorre nas transações comerciais no mercado internacional é compensada pela remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor. Assim, enquanto nos países centrais a acumulação de capital baseia-se na capacidade produtiva do trabalho, na América Latina, a acumulação de capital se dá pela superexploração da força de trabalho.

Nesse caminho, Nogueira (2021) avança em sua pesquisa analisando até que ponto o desenvolvimento teórico da categoria de superexploração da força de trabalho, ao longo da produção de Ruy Mauro Marini, se manifesta como um fenômeno específico do capitalismo dependente, e quais dimensões da categoria podem se manifestar como exploração da força de trabalho nos países de

capitalismo central. Pois, para Nogueira (2021, p. 101), “Devido à atual conjuntura internacional de crise econômica e tendência decrescente da taxa de lucro, a superexploração parece fenomenicamente estar disseminada em todo o mundo”. Por isso, “Torna-se necessário entender quais especificidades serão contempladas pela categoria da superexploração”.

Assim, em seu segundo capítulo, *A superexploração na obra de Ruy Mauro Marini e as condições atuais da força de trabalho no Brasil*, Nogueira explora a complexidade da construção teórica da categoria em Marini e suas principais diferenças, com o intuito de compreender com maior lucidez e rigor, o que a categoria da superexploração pode oferecer no entendimento da realidade concreta. Além disso, Nogueira apresenta diversos dados sobre a reprodução da força de trabalho do Brasil – dados referentes às taxas de desemprego, renda média e taxa de ocupação, rendimento médio dos trabalhadores, ganhos reais do salário mínimo, salário mínimo nominal e salário mínimo necessário, condições da jornada e da intensidade de trabalho, acidentes de trabalho, e ainda, aspectos da reforma trabalhista de 2017 e o aumento da superexploração da força de trabalho – diante da crise internacional e da exacerbação da transferência de mais-valor das economias dependentes para as centrais, pela abertura comercial e financeira.

De modo geral, a análise dos registros das condições de trabalho e das remunerações dos trabalhadores brasileiros leva Nogueira a concluir que, embora tenha ocorrido aumentos salariais em determinados momentos, os salários não aumentaram significativamente em termos reais. Além disso, o Brasil tem uma grande concentração de mão de obra de baixa renda. Segundo a autora, essa situação é reflexo da extrema precarização das condições de trabalho, pois os salários dos trabalhadores brasileiros não atendem às necessidades básicas que necessitam para sobreviver. A exemplo disso, temos o levantamento mensal feito pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). No Brasil, em março de 2022, o salário-mínimo necessário para a reprodução do trabalhador em condições normais é de R\$ R\$ 6.394,76, o que equivale a cerca de quatro vezes o salário-mínimo oficial para o ano, no valor de R\$ 1.212,00 (DIEESE, 2022).

Nas palavras de Nogueira (2021, p. 135-6),

A manutenção da remuneração da força de trabalho brasileira, abaixo de suas necessidades mínimas de subsistência, indica que as condições de uso da força de trabalho no mercado de trabalho do Brasil pioraram após a abertura comercial e financeira. Dessa forma, todos os esforços de aumento salarial foram insuficientes diante da problemática da dependência determinada pela transferência de mais-valor, e não resolveram a superexploração da força de trabalho.

Alvo de intensas polêmicas, a categoria da superexploração é um dos pontos mais centrais no debate sobre a dependência nas ciências sociais latino-americanas. Como mencionado, a superexploração é entendida pelo processo ao qual a força de trabalho “é remunerada abaixo do seu valor” (MARINI, 2011 [1973], p. 150). Elemento chave das disputas sobre o caráter do capitalismo latino-americano, a categoria sofre com diversas e incorretas interpretações. Para alguns, a superexploração contempla apenas processos anteriores ao modo de produção capitalista. Outros, ainda que percebam a superexploração como um fenômeno possível no capitalismo, restringem-na à forma de produção de

mais-valor absoluto e, na medida em que assumem que o capital industrial está alicerçado na produção de mais-valor relativo, entendem a superexploração como um mecanismo incomum e acidental. Terceiros, confundem-na com o processo de empobrecimento absoluto e, porque o capital não pode "liquidar" a força de trabalho, entendem erroneamente a categoria da superexploração da força de trabalho.

No que toca a categoria da superexploração para análise das relações econômicas estabelecidas pela divisão internacional do trabalho, Nogueira expõe, em seu terceiro capítulo, *Desenvolvimento de contradições sobre a generalização da superexploração da força de trabalho*, as controvérsias sobre a generalização da superexploração e sua extensão aos países centrais, pois, conforme Nogueira, o questionamento sobre a especificidade que a superexploração da força de trabalho assume nas economias dependentes está atualmente no centro do debate em torno das categorias da Teoria Marxista da Dependência. Para isso, a autora recupera alguns dos principais teóricos que apresentam proposições sobre a categoria da superexploração da força de trabalho, expondo as principais contradições existentes no interior do debate.

Longe de esgotar a riqueza do tratamento dado a essas questões, Nogueira conclui, à medida que foram sendo expostas os diferentes argumentos acerca da superexploração da força de trabalho, que a categoria pode ser analisada em três distintas dimensões:

(...) a primeira, quando se conecta à transferência de mais-valor, como forma de compensar o envio da riqueza para o exterior; a segunda, quando se relaciona com a ruptura do ciclo do capital, quando a superexploração demonstra a dificuldade de realização do capital no âmbito interno das economias dependentes. Finalmente, as formas de manifestação da categoria, mediante remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor, aumento do mais-valor absoluto e aumento da intensidade do trabalho (NOGUEIRA, 2021, p. 173).

Por fim, diante das polêmicas sobre a categoria de superexploração apresentadas por Nogueira, sua posição parte da perspectiva da relação de que a superexploração e unidades dialéticas transferência de mais-valor e ruptura do capital é condição específica dos países de capitalismo dependente e define a forma como se dá a acumulação de capital na região. No entanto, para a autora, como mecanismo para aumentar a exploração no contexto de crise econômica, a superexploração pode se estender aos países de capitalismo central (NOGUEIRA, 2021).

No que se refere à particularidade do capitalismo dependente, cabe destacar que os esforços teóricos da Teoria Marxista da Dependência trazem importantes reflexões para a compreensão dos impactos causados pela dinâmica de acumulação de capital nos países de economias dependentes. A TMD restaura os principais fundamentos da sociedade burguesa desenvolvidos por Marx e explica o papel que a América Latina cumpre no capitalismo enquanto sistema mundial através da superexploração da força de trabalho. Se a exploração é entendida de modo que a remuneração que o trabalhador recebe é capaz de assegurar a reprodução normal da força de trabalho, a superexploração se aplica justamente a situações em que a remuneração da força de trabalho se situa abaixo do seu valor, resultando, como o próprio Marx (2013) já havia alertado, numa reprodução atrofiada da força de trabalho.

Referências:

CARCANHOLO, Marcelo Dias. (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (org.). **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, 2013.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTÁTISCA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos – salário mínimo nominal e necessário**. Diesse, 2022. Disponível em: <http://dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#2022>. Acesso em: 14 de abr. 2022.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. Proceso y tendencias de la globalización capitalista (1997). In: **América Latina, dependencia y globalización**. Fundamentos conceptuales Ruy Mauro Marini. Antología y presentación de Carlos Eduardo Martins. Bogotá: CLACSO, 2008.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

NOGUEIRA, Camila dos Santos. **Economia brasileira contemporânea: dependência e superexploração**. Marília: Lutas anticapital, 2021.

Notas

¹ Mestre em Serviço Social (PPGSS-UFAL). Doutoranda em Serviço Social (PPGSS-UFRJ). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Estado, Direito e Capitalismo Dependente e do Grupo de Estudo Trabalho, Ser Social e Enfermagem (UFAL). Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/7813491611511927>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8270-0005>. E-mail: ana.moura.araujo@gmail.com.

Recebido em: 19 de abr. 2022

Aprovado em: 22 de abr. 2022